



Assembleia Municipal

**CASTELO^U
BRANCO**

**Assembleia Municipal
de Castelo Branco**

ATA Nº 4

25 ABR 2025

ATA N.º 4/2025

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas 9.30 horas, no Cine-Teatro Avenida Castelo Branco, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo 1.º Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho, e pela 2.ª Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“Comemorações do 25 de Abril”.

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Carlos Manuel Silva Salgado (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria Manuela Pereira Roque Mendes S. Duarte (em substituição de João Filipe Dias Ribeiro), Catarina Isabel Ramos Proença (em substituição de Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, José Alberto Moreira Duarte (em substituição de Adelina Maria Machado Martins), Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, José António Mendes Duque (em substituição de Pedro João Martins Serra), Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Domingos Belo (em substituição de Severino Miguel da Conceição Vaz), António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar,

Ernestina Gens da Conceição Batista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Pedro João Martins Serra, Adelina Maria Machado Martins Severino Miguel da Conceição Vaz e João Filipe Dias Ribeiro.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“Comemorações do 25 de Abril”.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi proposto fazer um minuto de silêncio em memória do Papa Francisco.

Jorge Manuel Vieira Neves (Presidente da Assembleia Municipal)

Cinquenta e um anos após 1974, continuamos a reconhecer a extraordinária importância da Revolução de 25 de Abril, no início da era democrática em Portugal.

Seguimos a celebrar Abril e a lutar pela Democracia e pela Liberdade no nosso país. Nas palavras de Sophia, o 25 de Abril foi “O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio”.

A Revolução dos Cravos representou um marco significativo na conquista da liberdade pelos portugueses, simbolizando o início de uma nova era.

O golpe militar conduzido pelo Movimento das Forças Armadas encerrou o regime autoritário do Estado Novo e abriu caminho para resolver a questão da guerra colonial, além de promover a democratização e o desenvolvimento do país.

O regime democrático possibilita assim a realização de eleições livres, onde o povo escolhe os líderes dos diversos cargos, considerando as pessoas mais capacitadas para cada momento, ao invés das nomeações que ocorriam anteriormente.

O 25 de Abril como importante acontecimento histórico está repleto de símbolos que representam a luta pela liberdade e pela vitória do povo.

Entre eles, destacam-se:

- O cravo vermelho que se tornou o símbolo maior do 25 de Abril e de uma revolução (quase) sem sangue.
- O "V" da Vitória, que tomou conta dos portugueses e acompanhava palavras de ordem como "o povo unido jamais será vencido" e "o povo está com o MFA".
- O tema musical "Grândola, Vila Morena", escolhido como senha para dar início à revolução e que passou a simbolizar os ideais de fraternidade e de igualdade.

Esses elementos continuam a evocar, ainda hoje, o sentimento de liberdade, de democracia e a importância da participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa.

No entanto, nesta ocasião, gostaria de centrar esta intervenção no conceito de GRATIDÃO.

Esta designação está relacionada, embora de modo relativamente indireto, com uma das alterações que viabilizou a Revolução.

Refiro-me às eleições livres que possibilitaram que várias centenas de pessoas fossem eleitas, por exemplo, nesta Assembleia Municipal e se dedicassem assim à nossa Comunidade.

É, pois, meu objetivo, na qualidade de atual Presidente da AM, homenagear todos os deputados municipais que deram o contributo a este órgão.

Foi por esse motivo que decidimos organizar um documentário vídeo que será apresentado a seguir às intervenções nesta Sessão Solene.

Trata-se de uma retrospectiva dos vários mandatos, acompanhada de depoimentos de homens e mulheres que recordam tempos e episódios da nossa história coletiva nos últimos 49 anos.

É o modo de recordarmos quem nos antecedeu, demonstrando assim um sentimento profundo de reconhecimento e apreço por alguém que lutou por todos nós.

Ao agradecermos pelos atos do passado, somos inspirados a honrá-los com as nossas próprias escolhas e atitudes.

Temos consciência que esta homenagem nos obriga a agir com responsabilidade, preservando os valores e princípios herdados, e trabalhando para criar um futuro que também mereça o reconhecimento das gerações vindouras.

Devido à impossibilidade de homenagear individualmente todos os autarcas, fazemos essa homenagem aos cidadãos que foram Presidentes da Assembleia Municipal.

Esse ciclo de gratidão e ação lembra-nos que a história não é apenas o registo de um tempo que já foi, mas será fundamentalmente um guião que nos pode conduzir nas nossas decisões no presente.

Quando valorizamos os atos que nos precederam, criamos um senso de continuidade, compreendendo que o que fazemos hoje, também terá um impacto duradouro.

Por fim, sermos gratos pelos atos é reconhecer que a nossa jornada é compartilhada porque ninguém constrói o futuro sozinho, e cada contribuição, por menor que pareça, faz parte de um puzzle maior.

Assim, o ciclo continua: a gratidão transforma-se em inspiração para agir com mais empatia, consciência e compromisso porque todos são peças de um quebra-cabeça maior.

A harmonia dessa construção depende do quanto valorizamos as contribuições, grandes e pequenas, que sustentam a nossa jornada.

- Senhor Presidente da Câmara Municipal
- Senhores Deputados Municipais
- Digníssimas autoridades
- Ilustres Convidados
- Senhoras e Senhores

Está na hora de finalizar.

Reitero que honrar os antepassados é uma forma de influenciar o futuro.

Este ato de consagração reflete um modelo de filosofia de vida onde reconhecemos que o respeito e a valorização da história nos oferecem uma base sólida para pensarmos o presente e construirmos o futuro.

Quando honramos o legado daqueles que vieram antes de nós, aprendemos com suas experiências e preservamos os valores essenciais, enquanto delineamos avanços e melhorias para as próximas gerações.

A gratidão pelos atos é ainda uma ponte que nos conecta com o passado, reforçando a compreensão de que nossa existência não é isolada, mas parte de um fluxo contínuo de ações, escolhas e impactos.

Esse reconhecimento não é apenas um sentimento, mas uma prática que nos leva a valorizar o trabalho de quem veio antes de nós.

Assim, quando cultivamos a humildade, reforçamos a nossa responsabilidade em honrar esse legado, agindo com sabedoria e propósito.

Quando agradecemos pelos atos do passado, também abrimos espaço para refletir sobre o modo como os nossos próprios atos hoje influenciarão o futuro.

Quando demonstramos respeito pela história, estamos mais próximos de construir uma comunidade mais próspera e inclusiva para todas as gerações vindouras.

Concluo, citando Umberto Eco, através de um pensamento, com o qual concordo integralmente.

“É impossível pensar o futuro se não nos lembrarmos do passado.

Da mesma forma, é impossível saltar para a frente se não se der alguns passos para trás.

Um dos problemas da atual civilização - da civilização da internet - é a perda do passado.”

É esse passado que não queremos, nem devemos perder!

Muito obrigado.

Ernesto Candeias Martins (Representante do MPT)

Minhas Senhoras e meus Senhores, comemoramos hoje passados mais de meio século de Democracia e Liberdade o 25 de Abril, conhecendo ao longo destes anos um ímpeto transformador, assente numa Constituição de forte pendor humanista, que defende um conjunto de valores incontornáveis numa sociedade verdadeiramente igualitária, livre e em Paz. O poder local, por um lado, e o Serviço Nacional de Saúde, por outro, permitiram enormes e decisivos avanços no nosso País e uma melhor qualidade de vida às populações, são entre muitas outras conquistas de enorme importância da Revolução, apesar de aguardarmos o sucesso de medidas mais estruturantes em termos de descentralização plena. A nossa Constituição inspira-nos a ir mais fundo, à raiz dos reais problemas que continuamos a viver e a sentir ao nível autárquico, mas sempre na defesa incontestável dos direitos humanos, da igualdade entre todas as pessoas. Entrámos numa fase que se pretende de amadurecimento democrático a que adicionamos novas causas com novos

desafios. A cidadania e a participação dos cidadãos na vida autárquica, são as pedras angulares duma estratégia de desenvolvimento harmonioso, em sintonia, com as orientações dos mais importantes organismos europeus.

Historicamente o poder local em Portugal foi herdado do liberalismo, cuja reforma administrativa de 1835 criou a figura do Governador Civil, com competências que incluíam, entre outras, a organização das eleições dos deputados da nação e a transmissão das leis, regulamentos e ordens superiores, às autoridades subalternas. Após algumas reformas ao longo do século XIX, a República veio encontrar o distrito bem implantado na estrutura orgânica do Estado e o governador civil como delegado privilegiado do poder central. Foi republicanismo progressista português que marca a conceção da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais, representando uma rutura e um avanço nítido em relação à monarquia constitucional da época.

De facto, a nossa história republicana atribulada da luta pela igualdade dos direitos de cidadania e das liberdades individuais, tem no Programa do Centro Republicano de Lisboa de 1873, uma ideia que foi transversal a vários países da Europa e do mundo, mas que em Portugal só culminou com a Revolução dos Cravos. É que este documento audaz de 1873 almejou mais do que as conquistas alcançadas na 1ª República, pois a sua conceção democrática radical e substancialmente diferente daquela que atualmente conhecemos, mas compreensível à luz do distanciamento e das diferenças de contexto histórico e ideológico, ambicionava uma República Federal Portuguesa que garantisse a implementação do sufrágio universal para ambos os sexos e dos “direitos individuais: de pensar, de falar, de imprimir, de reunião, de associação”, realidade materializada um século depois no artigo 109º da Constituição Portuguesa.

É um facto que vários cientistas políticos destacaram o papel pioneiro e inovador do que chamaram uma “terceira vaga da democratização”, inaugurada, com o 25 de Abril, que influenciou a transição para a democracia em outros países, mas que nos permitem compreender a génese mais imediata e o sucesso da Revolução de abril 1974, sem prejuízo das preocupações e incertezas que marcaram o período revolucionário.

Com o regime democrático de 1974 iniciou-se um processo de descentralização administrativa e de reforço do poder local, que se inseriu na tendência geral dos países ocidentais. Celebramos eleições livres faz hoje 50 anos e a partir de 1976 passou a haver eleições autárquicas de forma regular. Deste modo, o Poder Local Democrático é resultado da revolução de Abril. Comemoramos a Liberdade com entusiasmo, saindo à rua para afirmar a Revolução e os seus valores, alargando os horizontes da esperança, transformando-os em avenidas coloridas de vermelho dos cravos, para assim afirmar e exaltar o progresso alcançado com a coragem, esforço e luta, de muitos que pagaram com a sua própria vida, a revolução e a liberdade.

Com a transição para a democracia a lei eleitoral estabeleceu pela primeira vez a igualdade total, a igualdade dos direitos cívicos, sociais e políticos. As comissões administrativas das câmaras municipais foram os primeiros órgãos políticos a ter presidências femininas em 1974, em simultâneo com a nomeação da primeira mulher a exercer o cargo de Secretária de Estado da Segurança Social do Primeiro Governo Provisório, em 16 de maio de 1974, e logo a seguir Ministra dos Assuntos Sociais nos segundo/terceiros Governos Provisórios entre julho de 1974 e março de 1975: Maria de Lourdes Pintasilgo, que também foi a primeira e única mulher a exercer o cargo de Primeiro-Ministro, em 1979. A partir das primeiras eleições em 1976, um número crescente de mulheres começou a ser eleito tanto para a Assembleia da República, como para as Câmaras Municipais, e depois para a o Parlamento Europeu, assim como algumas foram nomeadas para cargos governamentais.

O processo de descentralização de competências continua, infelizmente, a não ter a devida atenção para aqueles que são os problemas destacados pelos autarcas.

Comemorar Abril é, pois, comemorar um processo com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta pela liberdade e democracia. É afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas que querem amputar os valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade do povo.

Meus senhores e minhas senhoras concidadãos

Os progressos alcançados pela democracia local são inegáveis. A relevância do poder local cresceu de modo significativo e a qualidade do seu exercício autárquico também é visível e, na maioria dos casos, assinalável. Contudo, há passos importantes que permanecem por dar. Queremos um poder local comprometido com ideais de Abril não podendo deixar de ser responsivo perante os seus cidadãos. São diversos os desafios que se colocam aos municípios dos quais podemos destacar: o envelhecimento demográfico, despovoamento e as assimetrias da interioridade; a questão da água e dos recursos hídricos; as alterações climáticas e as energias renováveis; a exigência de melhor habitação e estruturas habitacionais e urbanísticas; a expansão das unidades de saúde como modelo de proximidade familiar; a educação e a formação profissional capaz de permitir a transição para o mercado de trabalho (empregabilidade); o investimento em setores fundamentais do desenvolvimento, a floresta e a agricultura ecológica; a transição digital; a mobilidade e os transportes; etc. etc. Neste sentido é imprescindível que as assembleias municipais cumpram, de forma mais eficaz, as funções de supervisão e fiscalização do executivo que lhe são atribuídas pela Constituição da República.

Sim comemorar Abril é também afirmar e valorizar o Poder Local Democrático como uma das suas conquistas, ameaçado a vários níveis, mas também é defender as Juntas de Freguesia e autarquias em geral, é defender o nosso fortíssimo movimento associativo, é exigir que se cumpra a Constituição sem nos faltar energia para resistir, em defesa das nossas populações. É defender os direitos e zelar pela felicidade das novas gerações, pelas quais devemos lutar, como outros outrora lutaram.

Todos sabemos que a interioridade é uma praga social e económica que nos aflige há décadas... já que mais de um terço dos municípios encontram-se em avançado estado de envelhecimento demográfico e despovoamento, apresentando um tecido económico muito débil, no qual em muitos casos a câmara municipal é o principal empregador, e permanecem altamente dependentes das transferências do governo central. Na ausência de uma ‘aurora económica’ ou de soluções criativas, os municípios enfrentam cada vez mais as pressões na proteção social aos mais desfavorecidos, nomeadamente idosos, desempregados, jovens na procura de emprego e habitação e outras populações provenientes do fluxo imigratório em situação de dificuldades socioeconómicas. Embora os municípios mantenham a sua existência formal, apoiada na tradição, na história/património, na identidade local, a qualidade da democracia local está ameaçada pela diminuição da competição política e do pluralismo, pela restrição das escolhas associadas a orçamentos cada vez mais restritivos e pela crescente incapacidade de fazerem escolhas de forma autónoma em termos da prestação de serviços.

Nesta panaceia para resolver os problemas que afetam os municípios (interior, como o nosso), devemos lutar para encontrar soluções e estratégias de implementação de meios para atenuar muitas das fragilidades que apresenta o nosso território em parte devida à interioridade, concretizando as aspirações democráticas proclamadas no 25 de Abril, com as ferramentas de tecnologia cívica como potencial para proporcionar oportunidades de partilha de informações com os cidadãos, aumentar a sua compreensão e garantir a uniformização dessa mesma informação numa colaboração cidadã na cocriação de novos serviços, de políticas e soluções para dar resposta às questões locais municipais. Sejamos ambiciosos, na utilização das tecnologias cívicas: com abertura e transparência nas ações; na participação e envolvimento; na colaboração e coprodução, que reflitam a complexidade crescente das diversas capacidades dessas ferramentas, sabendo que as autarquias cumprem de forma aceitável muitos destes desideratos indicados ou encontram-se por dar passos decisivos na sua implementação orientadas para o futuro e progresso e na base do Índice de Transparência Municipal. O poder municipal envolve-se no local para unir o centro às

periferias e, por isso os eleitos locais assumem um papel preponderante na vida das populações, na sua missão pública, lutando pelo seu território, ouvindo, sentindo e capacitando-se em resolver os problemas e necessidades reais dos seus concidadãos. Foi este o legado de Abril.

É nesta conquista da Liberdade, no seu sentido mais amplo, que evocamos os direitos alcançados, como o direito ao trabalho com direitos, à educação, à habitação, à saúde, à cultura, ao associativismo, à paz, à igualdade. Importa dar a conhecer, particularmente aos mais jovens, o que foi e o que é o 25 de Abril, a Liberdade e a sua comparação com as conquistas alcançadas com a Revolução. Esta é uma parte importante da nossa história coletiva, de grande importância e significado que hoje urge divulgar. Importa continuar a lutar pelo pluralismo e abertura dos partidos, contra o unanimismo acrítico, pela modernização das estruturas, transparência de processos e ética nos comportamentos dos que exercem cargos públicos.

A História e a Revolução ensinam-nos a não deixar de lutar pelos nossos direitos e a viver com a esperança num futuro que nos sorri. O nosso território e a nossa região são exemplo disso. Uma região que não desiste de lutar e que luta e constrói o seu futuro! Que vive, disfruta e celebra a liberdade com um sorriso de esperança!

Que saibamos honrar os nossos antepassados que lutaram pela Liberdade e Democracia e que tenhamos a capacidade de olhar para a frente com garra, leveza e com determinação, pois relembrando uma conhecida canção de Abril, “Somos Livres, não voltaremos atrás”.

Viva o 25 de Abril. Viva a Liberdade; Viva a Democracia

Viva Portugal.

Maria da Conceição Pereira (Representante do CHEGA)

É com elevada honra e profundo sentido institucional que tomo a palavra nesta sessão solene, evocando uma das datas mais marcantes da nossa história coletiva: o 25 de Abril de 1974.

Convido-vos, assim, a acompanhar-me numa breve viagem de palavras, em honra daqueles que ousaram sonhar com um país livre e que tornaram esse sonho realidade.

25 de Abril, Liberdade, abusos e os desafios da democracia.

Hoje celebramos e recordamos o 25 de Abril de 1974, uma data que marca não apenas uma viragem na história de Portugal, mas também um verdadeiro exemplo de coragem, liberdade e esperança, o dia em que Portugal renasceu. Foi neste dia que homens e mulheres decidiram dizer CHEGA de décadas de censura, repressão, guerra colonial e medo, o dia em que os militares do Movimento das Forças Armadas tomaram as ruas de Lisboa, não para conquistar poder, mas para devolver ao povo aquilo que lhes era devido: o direito de escolher, de falar, de viver livre.

Foi um despertar coletivo contra quem reprimiu vozes e empurrou o país para décadas de atraso social, político e económico.

O 25 de Abril deu-nos liberdade, mas também nos mostrou que a liberdade exige responsabilidade e que nunca nos esqueçamos que a liberdade não é um dado adquirido, tem de ser cuidada, protegida, e sobretudo, usada com sabedoria.

É fundamental que, ao celebrarmos abril, o façamos com memória completa, com orgulho pelo que foi conquistado, mas também com lucidez sobre o que correu mal a seguir.

Certos setores da esquerda radical não souberam ou não quiseram usar essa liberdade com maturidade democrática.

No período pós-revolucionário, especialmente durante o turbulento ano de 1975, assistimos a tentativas de capturar o processo democrático em nome de ideologias autoritárias, agora pintadas de vermelho.

O que deveria ter sido uma transição pacífica para uma democracia plural, rapidamente foi ameaçada por nacionalizações forçadas, ocupações de empresas e propriedades. Houve censura invertida onde quem discordava era acusado de "reacionário" ou "fascista" e mais grave, as

tentativas de implantar um regime de inspiração marxista-leninista, alheio à vontade de grande parte do povo português.

A liberdade que tanto custou a conquistar esteve, por momentos, à beira de ser substituída por uma nova forma de tirania, não da direita, mas da extrema-esquerda.

É importante reconhecer que, se Portugal se tornou de facto uma democracia estável e moderada, deve-se, em parte, à resistência cívica e política que disse "não" ao extremismo, e que reafirmou os valores centrais de abril: liberdade, pluralismo e responsabilidade.

É por isso que, ao gritarmos "viva o 25 de Abril", devemos também lembrar, com firmeza e gratidão, o 25 de Novembro.

Porque foi nesse dia que a liberdade esteve à beira do abismo e foi novamente o povo que impediu que Portugal caísse numa nova ditadura, agora pintada com outras cores.

O 25 de Novembro foi o momento em que dissemos: sim à liberdade, mas não ao extremismo.

Sim à democracia, mas não à tirania travestida de revolução.

Foi o dia em que Portugal reafirmou que a liberdade não pertence a uma ideologia, “pertence ao povo”.

Viva o 25 de Abril, que nos devolveu a voz.

Mas nunca esqueçamos o 25 de Novembro, que garantiu que essa voz continuasse livre.

A história não pode ser lida apenas com emoção. É preciso espírito crítico. Celebrar abril é também reconhecer que a liberdade não é de esquerda nem de direita. A liberdade é de todos.

E qualquer força, seja qual for o seu lugar no espectro político que tente apropriar-se dela ou usá-la para impor novas formas de autoritarismo, trai o espírito do 25 de Abril.

Que nunca esqueçamos: não se combate uma ditadura impondo outra. A democracia exige mais do que slogans, exige respeito pela diversidade, pelas instituições e pela soberania do povo.

A Revolução dos Cravos foi um feito extraordinário, sobretudo por ter sido feita com pouco sangue e muito simbolismo. Mas hoje, depois de mais de 50 anos, é nosso dever olhar para essa liberdade com os olhos bem abertos. Porque a liberdade é um bem precioso, mas não está isenta de ser mal utilizada.

É preciso ter coragem para dizer: houve quem não soubesse usar a liberdade conquistada.

Com o tempo, o que era para ser um sistema de justiça, igualdade e transparência transformou-se, em muitos casos, num palco de corrupção, compadrio e interesses privados disfarçados de interesse público.

A democracia abriu espaço para a liberdade, mas também para a impunidade. A classe política foi, demasiadas vezes, substituindo o ideal pelo oportunismo e a corrupção infiltrou-se nas instituições, minando a confiança do povo no próprio sistema que tanto custou a conquistar.

Além disso, enfrentamos hoje um problema sério e crescente: a imigração descontrolada, muitas vezes mal gerida, incentivada por governos irresponsáveis, sem planeamento estratégico e com consequências reais. Não se trata de xenofobia, trata-se de bom senso.

Portugal não tem estrutura para receber, integrar e sustentar esta quantidade de pessoas.

A hospitalidade portuguesa é inegável, mas quando a solidariedade não vem acompanhada de responsabilidade, quem paga o preço são os cidadãos comuns com escolas sobrecarregadas, hospitais lotados e bairros transformados sem que ninguém tenha sido ouvido.

Este não era o futuro com que tantos sonharam em 1974.

O 25 de Abril deu-nos a oportunidade de fazer diferente, de sermos mais justos, mais livres e mais unidos, mas liberdade sem ordem, sem responsabilidade e sem verdade, torna-se apenas uma palavra bonita num discurso vazio.

Hoje, honramos aqueles que nos deram a democracia. Mas também deixamos um aviso claro: é tempo de proteger abril não apenas da ameaça do passado, mas também dos erros do presente.

Não podemos continuar a tolerar corrupção como se fosse um mal inevitável.

Nem aceitar políticas de imigração que ignoram a realidade do país e a vontade do povo.

A liberdade, para ser verdadeira, precisa de estar ao serviço do bem comum e não ao serviço de elites partidárias, de interesses económicos obscuros ou de ideologias cegas.

Foi para isto que se fez o 25 de abril?

Para haver liberdade, mas só para alguns?

Para trocar um regime autoritário por um regime corrupto?

Para calar vozes incómodas com rótulos e slogans?

Não.

O 25 de Abril foi feito por patriotas. Por homens que arriscaram a vida para dar ao povo o direito de decidir.

E hoje, quem verdadeiramente honra abril, é quem tem coragem de dizer a verdade, mesmo que incomode.

Queremos uma democracia real, onde a liberdade não sirva de escudo à corrupção nem de desculpa para políticas desastrosas.

Queremos um país onde ser português conte.

Queremos respeito pelo povo, pela ordem, pela justiça.

CHEGA de abusos. CHEGA de fingir que está tudo bem. É hora de acordar.

Viva Portugal.

Viva o 25 de Abril. Sem máscaras. Com verdade. Com coragem. Com futuro.

Miguel Gregório Barroso (Representante do PSD/CDS/PPM) –

"Não pode haver paz sem liberdade religiosa, liberdade de pensamento, liberdade de expressão e respeito pela opinião dos outros."

Esta foi a última grande mensagem que o Papa Francisco nos dirigiu no passado domingo de Páscoa, ao olhar para um mundo onde proliferam demasiados conflitos.

Há 51 anos que Portugal conhece bem a força destas palavras. Na madrugada de 25 de Abril de 1974, reencontramo-nos com a nossa História e com o nosso futuro.

Naquela madrugada, os Capitães de Abril escolheram não ser cúmplices do conformismo, do silêncio e do medo. Escolheram ouvir a alma de um povo inteiro, que pedia liberdade. A eles devemos o gesto de coragem que abriu Portugal à Democracia.

Hoje, uma vez mais, e porque nunca é demais, celebramos a revolução e tudo o que dela nasceu. Celebramos os frutos de Abril e a responsabilidade de os preservar.

A Democracia é, sabemo-lo todos, imperfeita; uma obra em permanente construção. Como alguém disse, num dia particularmente inspirado, "a democracia é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros".

Há, por isso, quem se tente aproveitar das fragilidades da Democracia. Portugal, a Europa e o Mundo têm assistido ao surgimento de movimentos populistas, extremistas e antidemocráticos que se alimentam da polarização, da fragilidade das instituições e das crises sociais. Promovem

divisões entre o nós e o eles, semeiam o ódio e a discórdia. Tudo para destruir as Democracias e concentrarem o poder em si mesmos.

Não tenham dúvidas: quem nos fala de soluções fáceis só nos quer enganar!

A resposta a esses populismos não pode ser o silêncio. Nem pode ser o extremismo do lado oposto. A resposta tem de vir do centro, da moderação, da democracia viva.

Sabemos bem que ao longo destas cinco décadas, muito foi alcançado. A igualdade de direitos entre homens e mulheres. O Estado Social. A generalização do acesso ao ensino. A independência dos tribunais. O Serviço Nacional de Saúde. A integração europeia. A projeção internacional de Portugal.

Estas são vitórias da Democracia que temos que celebrar, mantendo o foco no futuro. Portugal continua a precisar de respostas. E é precisamente quando a democracia falha na resposta aos seus cidadãos que surgem, com mais força, os populismos, as ameaças à liberdade.

É essencial que os partidos políticos saibam interpretar o país real. Ouvir mais as pessoas e provar que o regime democrático pode dar resposta aos seus problemas e concretizar as suas ambições. É isso que o povo português espera e reclama de cada responsável político.

Hoje, estamos a fazer esse caminho. Portugal está em movimento!

Reduzimos os impostos para os jovens, as famílias e as empresas.

Apoiamos os jovens que querem compra a sua primeira casa, com isenção de IMT e garantia pública para obterem financiamento a 100%.

Aumentamos as pensões, alargamos o Complemento Solidário para Idosos e os seus beneficiários não pagam medicamentos. Quem já deu muito ao País merece dignidade e uma vida tranquila.

Estão a avançar investimentos importantes para a região, como é o caso do IC31 e da Barragem do Alvito, no rio Ocreza.

Alguns desafios são maiores. Na saúde, na educação, na habitação. É preciso mais tempo pôr a andar uma máquina que estava parada. Mas a mudança já começou.

E fazemos tudo isto com crescimento económico, com contas públicas equilibradas.

Caras e caros Albicastrenses,

Tal como estamos a fazer com o País, também queremos pôr Castelo Branco em movimento!

Diria, com o simbolismo da data de hoje, que Castelo Branco também precisa da sua própria revolução. Uma revolução tranquila, feita com as pessoas e para as pessoas.

É tempo de sonharmos alto. Castelo Branco é capital de distrito, tem que liderar o distrito e a região.

Queremos desenvolver o Concelho de Castelo Branco, com investimento em obras públicas que melhoram o dia-a-dia das pessoas, com atração de novos investimentos e políticas que aumentam os rendimentos de quem cá trabalha e constrói futuro.

Não podemos continuar a assistir a jovens, como eu, que saem de Castelo Branco para estudar e trabalhar e, por muito que queriam voltar para a terra onde nasceram, onde têm a sua família, não podem porque aqui não têm oportunidades.

Nós acreditamos no potencial desta terra, no talento dos nossos jovens, na sabedoria de nosso povo. Vamos valorizar o que é nosso!

O 25 de Abril também nos ensinou que nada está escrito à partida. Tudo pode mudar, se houver coragem e vontade de mudar. E a mudança está nas nossas mãos!

Termino com esta mensagem para a minha geração:

Nós não vivemos a ditadura. Nascermos e crescemos em liberdade. Mas isso não diminui a nossa convicção. Sabemos bem que não há, no mundo, sensação melhor que a de ser livre.

Somos filhos da democracia e protagonistas da sua consolidação.

Estive, esta semana, na AM Jovem e testemunhei a qualidade e a força da juventude de Castelo Branco.

Portugal precisa de nós! Castelo Branco precisa de nós! Vamos ser protagonistas da mudança!

Viva a Liberdade. Viva Portugal.

Maria do Carmo Almeida Nunes (Representante do Sempre-MI)

Celebrar o Aniversário do 25 de Abril é uma honra, um dever e uma responsabilidade de todos nós.

É com emoção que tomo hoje a palavra para assinalar o quinquagésimo primeiro aniversário do 25 de abril, um privilégio que devo a todas e a todos os que lutaram e arriscaram a sua vida pela conquista da liberdade, pela tolerância e esperança de debaterem e decidirem juntos o seu destino coletivo. A todos devemos agradecer o facto de podermos estar hoje nesta Assembleia a expressar a nossa opinião sem receio e sem medo de represálias.

Volvidos 51 anos após a Revolução de Abril, celebramos as nossas conquistas, a DEMOCRACIA e a LIBERDADE no sentido mais lato da palavra, mas, não podemos esquecer que vivemos momentos conturbados, vivemos à escala global, um contexto de incertezas e perplexidades. Na verdade, o país tornou-se uma democracia consolidada, mas nada está garantido, persistem desafios, como a desigualdade social, a corrupção, a crise económica e sobretudo uma gestão que seja eficaz na saúde, na educação e na habitação.

Os desafios da democracia, tanto no contexto nacional como internacional, são diversos e complexos, refletindo as transformações políticas, sociais, tecnológicas e económicas do mundo contemporâneo.

A nível Nacional enfrentamos:

A desconfiança nas instituições, muitos cidadãos sentem que as instituições democráticas não representam os seus interesses. A perceção de corrupção, ineficácia ou clientelismo gera apatia e desilusão com os atores políticos.

O desinteresse crescente pela participação política, sobretudo entre os jovens, manifesta-se em baixas taxas de participação eleitoral e fraca mobilização cívica.

Assim como, a desinformação e manipulação digital, o uso das redes sociais para disseminar “fake news” e propaganda, tem distorcido o debate público e influenciado negativamente as eleições e a formação da opinião pública.

O aumento da radicalização e da intolerância entre diferentes correntes ideológicas compromete o diálogo democrático e dificulta a construção de consensos.

As desigualdades económicas e sociais crescentes criam perceções de injustiça, alimentam o populismo e enfraquecem a coesão social, pilares fundamentais da democracia.

A nível internacional, verificamos, que em várias partes do mundo, se assiste a um retrocesso democrático, com governos a restringirem liberdades civis, enfraquecerem instituições independentes e concentrarem poder.

Verificamos ainda que os “ciberataques”, espionagem digital e campanhas de desinformação promovidas por Estados ou grupos estrangeiros ameaçam a soberania democrática de muitos países.

As organizações internacionais criadas para promover a democracia e os direitos humanos enfrentam hoje desafios de legitimidade, eficácia e financiamento, num mundo cada vez mais multipolar.

A gestão das migrações e direitos humanos coloca as democracias sob pressão, divididas entre o respeito pelos direitos humanos e a resposta às preocupações securitárias e identitárias das populações.

Também a luta contra as alterações climáticas exige decisões rápidas e muitas vezes impopulares. Conciliar estas necessidades com os processos lentos e participativos das democracias é um enorme desafio.

No entanto, a democracia é resiliente, mas exige participação ativa, vigilância constante e renovação contínua para responder às exigências do mundo atual, pelo que, devemos manter-nos vigilantes, cada vez mais ativos civicamente, sempre movidos pelo bem comum, é importante mobilizar e unir vontades e energias, sermos capazes de enfrentar e ultrapassar as dificuldades, de progredir no sentido de uma sociedade inclusiva e solidária, defendendo a melhoria dos serviços públicos e o incentivo à participação cívica.

Aproximam-se eleições, não devemos deixar de expressar o nosso pensamento de forma livre e democrática, temos o direito e o dever de participar, quer pelo voto, quer pela ação política mais efetiva, pois, só assim, poderemos melhorar a nossa qualidade de vida, e lutar por um Portugal melhor.

Aproveito para enaltecer a iniciativa da realização da AMJCB, que teve lugar no passado dia 23, pois é uma forma de interagir com os jovens, estimulando a sua preparação cívica e política.

Ao celebrarmos o 25 de Abril, celebramos também o poder local. Celebramos os autarcas, os funcionários, os cidadãos que, com o seu empenho diário, mantêm viva a chama da democracia descentralizada e participativa.

O poder local é sem dúvida uma das maiores realizações da Revolução de Abril, devendo ser exercido de forma transparente indo de encontro aos anseios da população, devendo as decisões públicas passar pela consulta aos cidadãos, permitindo a sua participação na gestão municipal.

Os autarcas são figuras centrais na administração pública local, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades que os elegeram. No exercício das suas funções, espera-se que demonstrem um conjunto de competências que reflitam o compromisso com o bem comum e a boa governação, designadamente:

Responsabilidade, um autarca deve estar plenamente consciente da importância das suas decisões e do impacto que estas têm na vida dos munícipes. Assumir responsabilidades é essencial para garantir a confiança da população.

Transparência, a prestação de contas e a clareza nas decisões políticas e administrativas fortalecem a democracia local e permitem que os cidadãos acompanhem e compreendam os atos da autarquia.

Integridade, agir com ética, honestidade e respeito pelos princípios legais e morais é indispensável. Um autarca íntegro serve de exemplo e combate práticas de corrupção ou favorecimento.

Proximidade, estar disponível, ouvir e compreender os problemas reais da comunidade é um traço essencial de uma liderança eficaz. A proximidade reforça os laços entre os eleitos e os eleitores.

Competência, para gerir bem os recursos públicos e implementar políticas eficazes, é preciso ter conhecimentos técnicos e políticos, além de capacidade de liderança e gestão.

Empatia e solidariedade, colocar-se no lugar dos outros, especialmente dos mais vulneráveis, permite uma gestão mais humana e sensível às necessidades sociais.

Inovação e visão estratégica, um bom autarca não se limita à gestão do presente, mas projeta o futuro com visão, promovendo projetos sustentáveis e inovadores que melhorem a qualidade de vida.

Estas competências não só elevam a qualidade do serviço público, como também promovem a coesão social, o progresso local e a dignidade da política. Um autarca é, acima de tudo, um servidor da sua comunidade.

Cabe aos políticos assumirem as suas responsabilidades com rigor e autoexigência, não podendo ficar apenas por palavras simbólicas e de circunstância, desfasadas da realidade e do sentimento daqueles que representam.

Que nunca nos esqueçamos: Abril é liberdade. Abril é participação. Abril é proximidade. E o poder autárquico é uma das suas expressões mais genuínas.

Só através de uma democracia ativa, participativa e inovadora, alicerçada na educação cívica e na coesão territorial, será possível garantir que as conquistas destes cinquenta e um anos sirvam de base para um futuro mais justo, próspero e sustentável.

Termino a minha intervenção com uma estrofe do poema “Liberdade” de Miguel Torga:

“Até que um dia, corajosamente,

Olhei noutra sentido, e pude,

Deslumbrado,

Saborear, enfim,

O pão da minha fome:

- LIBERDADE, que estais em mim”.

25 de Abril, Sempre

Viva Castelo Branco

Viva Portugal”.

Carla Sofia Massano Lopes Carvalho (Representante do PS)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa saúdo todos quantos com orgulho e alegria, e diga-se, em festa, celebram este dia que é do povo – O 25 de Abril– um marco incontornável da nossa história, um momento em que Portugal reencontrou o caminho da liberdade, da dignidade e da democracia.

Hoje celebramos Abril. Celebramos a madrugada em que depois de 48 anos de silêncio, a coragem venceu o medo, e a liberdade se fez ouvir nas ruas deste país. Celebramos aqueles que lutaram, arriscaram e sonharam. E entre esses nomes maiores da nossa democracia, não consigo nunca nesta data, deixar de lembrar Mário Soares – homem de convicções firmes, que acreditava na liberdade com uma paixão inabalável. Um construtor da democracia, que soube defender Portugal, tanto na rua como na diplomacia, tanto na prisão, como nos palcos europeus.

Hoje, Celebramos os homens e as mulheres de um Abril pobre, amordaçado, que torturava, perseguia e matava, mas que empunharam cravos e esperanças.

Que arriscaram tudo para que hoje pudéssemos viver em liberdade.

Que acreditaram que a coragem e os valores podiam vencer o medo e a opressão.

É graças a eles que hoje podemos falar livremente, escolher livremente, viver livremente.

Mas se a liberdade foi conquistada naquele dia de 1974, ela tem de ser reafirmada em cada geração, não é herança garantida.

Não é um dado adquirido.

É uma construção permanente, feita de tolerância, de respeito mútuo, de responsabilidade cívica.

Hoje, vivemos tempos em que surgem novas ameaças – umas mais subtis, mas não menos perigosas e outras descaradas:

A polarização, o discurso de ódio, a intolerância, o medo do outro, a desinformação, resumidos em 30 segundos no tiktok.

São desafios reais que exigem de nós firmeza, mas também lucidez.

Hoje, mais do que nunca, a liberdade está sob ataque.

Vivemos tempos em que a verdade é distorcida, em que o medo é arma política, e em que os pilares da democracia são corroídos por dentro.

Revisitei a minha intervenção que aqui realizei há 2 anos atrás, neste dia dos cravos vivos e reluzentes, em que me dirigi especialmente aos jovens sobre o Abril que tem muito caminho para fazer, nos direitos das mulheres, das crianças, das minorias, da guerra da Ucrânia que é cada vez mais nossa e referi o homem que nos EUA queria voltar ao poder e assustei-me! Assustei-me, porque em apenas 2 anos, as democracias estão hoje mais ameaçadas. Na semana em que o mundo perdeu um humanista e crítico dos populismos, a quem presto aqui a minha homenagem,

Do outro lado do Atlântico, vemos como figuras como Donald Trump transformaram o populismo em espetáculo e a mentira em método. Esse homem que voltou a mandar nos EUA e no mundo e que em apenas 45 dias de governação alucinada, alterou a ordem e a estabilidade mundial.

Mas em democracia não paramos assustados. Agimos. Decidimos agir.

E resistimos, como resistiram as universidades portuguesas contra a intromissão insuportável da Embaixada Americana, que sob a ameaça do cancelamento de parcerias de

milhões, questionou as mesmas acerca das suas agendas climáticas, se mantinham contactos com partidos comunistas ou socialistas, relações com a China, Irão ou Rússia e o que faziam para salvaguardar as mulheres das ideologias de género. Lembrar que muitas ditaduras foram impulsionadas nas academias. Mas Universidades Resistiram. E resistiram com o silêncio, com o desprezo de quem não merece resposta, porque o dinheiro ameaça, mas não compra a liberdade.

Porque A liberdade, quando reduzida a um grito vazio, transforma-se num eco autoritário. E esse eco ressoa também na Europa – e de mansinho vai dando bicadas em Portugal.

Quando um Poder judicial derruba um governo de maioria absoluta eleito pelo voto do povo, sem que até hoje se conheçam sequer os seus fundamentos, quando derruba outro na Madeira, e como assistimos agora, em plena campanha eleitoral, condiciona eleições com processos de matérias que até já foram arquivadas, Não podemos ignorar que a separação de poderes – fundamento do Estado de Direito – se vê ameaçada quando o Ministério Público se torna protagonista político.

O combate à corrupção é essencial, mas não pode ser feito à custa da dignidade dos processos democráticos.

Abril foi feito para proteger os inocentes e julgar os culpados, não para inverter essa ordem.

Quando a Justiça se confunde com manchete. Quando a suspeita se antecipa à prova., Hoje, mais do que nunca, devemos defender Abril. Não apenas como uma memória – mas como uma prática viva.

Abril exige coragem: coragem para ouvir, para discordar, para resistir ao facilitismo, e para proteger a liberdade, mesmo quando ela nos incomoda. A liberdade, como dizia George Orwell, “é o direito de dizer às pessoas aquilo que elas não querem ouvir.”

Eu direi, quantas vezes forem necessárias que não somos todos iguais. O PS diga que se mantém fiel aos seus princípios, que não nos distraímos com as mudanças de atores que

desacreditam os cidadãos da política, quando em desespero pelo poder, num ápice, se juntam em siglas antigas e novas e novas e antigas.

O PS dirá que não temos medo de afirmar as nossas diferenças com aqueles que confundem insegurança com imigração, mas que não perdem 1 minuto para gritar, como é seu hábito, contra o crime de violência doméstica que é o que mais tem crescido em Portugal e esse sim, nos envergonha.

O PS dirá, que de forma firme e determinada mantemos o foco na resolução dos problemas das pessoas, na falta de habitação e na habitação com valores decentes, na falta de acesso em tempo útil e com qualidade aos serviços de saúde, no emprego qualificado, na mobilidade, que no interior não nos resignamos com as desigualdades de oportunidades

Minhas Senhoras e meus Senhores, para terminar, direi que hoje, o espírito de Abril convoca-nos mais do que nunca.

Convoca-nos a sermos guardiões da liberdade, promotores da tolerância, construtores de uma sociedade mais justa.

Convoca-nos a rejeitar o conformismo, a indiferença e a banalização do extremismo.

O legado de Abril é nosso.

E cabe-nos, com determinação e sentido de responsabilidade, honrar esse legado.

Não apenas com palavras, mas com escolhas e atitudes. Não Deixar para os outros aquilo que cada um pode fazer. Eu escolho agir e o PS, no Abril de ontem e no Abril de hoje escolheu e escolhe agir, na forma como educamos, como convivemos e como participamos na vida democrática.

Viva o 25 de Abril.

Viva a Liberdade.

Viva Portugal

Presidente da Câmara Municipal (Leopoldo Martins Rodrigues) –

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves

Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal

Exmos. Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias e Uniões de Freguesias

Ex.mo Senhor Ex-Presidente da CMCB, Sr. Comendador Joaquim Morão

Estimados homenageados:

1. MANUEL JOÃO VIEIRA
2. JOÃO DE MATOS FERREIRA ROMÃOZINHO aqui representado por José Manuel Romãozinho
3. FERNANDO BARATA ROCHA
4. VERGÍLIO PINTO DE ANDRADE
5. VALTER LEMOS aqui representado pelo senhor deputado Carlos Mingacho
6. ARNALDO BRÁS
7. JORGE NEVES

Exmo. Senhor Comandante do Comando Territorial de Castelo Branco, Coronel Luís Manuel Patrício

Exmo. Senhor Comissário, do Comando Distrital de Castelo Branco da Polícia de Segurança Pública, Bruno Alves

Exmo. Senhor 2º Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Beira Baixa,
José Neves

Exmo. Senhor Comandante do Gabinete de Atendimento ao Público de Castelo Branco,
Sargento-Ajudante Luís França

Exmo. Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, Tiago Neto

Exmo. Senhor Coordenador Municipal da Proteção Civil, Amândio Nunes

Exmo. Senhor Vogal do Conselho Fiscal da Associação de Deficientes das Forças Armadas

Exmos. Senhores Diretores

Do Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto da Segurança Social, Nuno Maia

E do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, Otilia Simões

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Cruz Vermelha, Delegação de Castelo Branco, Sr. José
Ribeiro

Exmo. Senhor Vogal do Conselho Fiscal da Associação de Deficientes das Forças Armadas,
Manuel Amaro

Exmos. Senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas:

Amato Lusitano

José Sanches de São Vicente da Beira

Afonso de Paiva

Nuno Álvares

Exmos. Senhores Representantes:

Da Associação Empresarial da Beira Baixa

Do Centro de Estudos Alto Tejo

Do Orfeão de Castelo Branco

Exma. Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, Sónia Mexia

Exmos. Senhores Diretores dos Departamentos da Câmara Municipal de Castelo Branco

Exmos. Senhores Chefes de Divisão da Câmara Municipal

Exmos. Senhores Representantes:

Associação Amato Lusitano

Da Associação Cultural e Desportiva da Carapalha

Da Associação do Bairro do Cansado

Da Associação Recreativa e Cultural do Bairro do Valongo

Da Associação Juvenil Ribeiro das Perdizes

Da Associação Quinta Dr. Beirão

Da Associação de Futebol Castelo Branco

Da Associação de Atletismo Castelo Branco

Do Núcleo do Sporting de Castelo Branco

Do Teatro Tramédia

Exmos. Senhores representantes dos partidos políticos

Exmo. Senhores do Executivo da Junta de Freguesia de Castelo Branco

Exmos. Funcionários da Câmara Municipal de Castelo Branco

Exmos. Senhores e Senhoras convidados

Exmos. Senhores da Comunicação Social

Restante público, que nos assiste presencialmente ou on-line.

Caras e caros Albicastrenses,

Assinalamos hoje a coragem de um povo que ousou sair da penumbra e romper com a obrigação ao silêncio, à resignação e à miséria.

Mais do que isso, celebramos um país que, na capacidade de superar erros e consolidar conquistas, se soube construir e desenvolver coletivamente para que hoje tenhamos uma comunidade mais próspera, livre e ambiciosa.

Estes 51 anos são, obviamente, motivo de comemoração e exaltação, mas encerram também os perigos inerentes à passagem do tempo.

Cada dia que passa torna-nos mais permissivos perante o esquecimento ou perante a relativização da dureza dos tempos em que a Revolução dos Cravos não seria mais do que o mais ambicioso dos sonhos.

Nos dias, semanas, meses ou anos anteriores ao dia 25 de Abril de 1974 ninguém diria que a oposição à ditadura do Estado Novo seria significativa.

Apesar da oposição militante, desde logo dos comunistas e outros grupos democráticos, esta não tinha grande visibilidade e as mordças subjogavam qualquer voz desalinhada.

Não havia redes sociais e, mesmo que houvesse, ninguém se poderia expressar livremente nelas; os jornais eram censurados, não com qualquer suposta censura artificial ou vitimizadora,

mas com censura a sério, que implicava ordenação de corte de textos e, caso aparecessem publicados, não haveria mais jornal e o jornalista arriscava-se a ser preso.

Mesmo com os nossos amigos e vizinhos não havia conversas de oposição, a não ser que se quisesse correr o risco de desaparecer pela calada da noite ou no dia seguinte e ser torturado num qualquer quarto sombrio.

Era, por isso, normal que não se sentisse oposição significativa e possa haver quem ingenuamente queira de aí inferir que isso significava existir um clima geral de paz social.

No dia 25 de Abril de 1974, com um golpe militar metamorfoseado em revolução popular na rua, com soldados, com a PIDE a resistir e matar pessoas, com a insegurança de uma situação volátil, uma multidão veio para a rua.

Afinal não estava tudo bem, afinal não estava nada bem. Havia oposição, ela só não se via antes.

Em Democracia, felizmente, o risco que corremos é que aconteça o oposto, mais ainda hoje em dia.

Com as redes sociais e as novas formas de comunicação que temos, qualquer oposição, residual ou expressiva, destrutiva ou construtiva, qualquer questão, real ou inventada, tem uma repercussão gigante, muitas vezes parecendo maior do que é na realidade.

Não está completamente errado, é suposto haver crítica e oposição, mas devemos ter sempre a responsabilidade de abordar os temas com honestidade, de colocar as questões em perspetiva, sem sensacionalismo nem demagogia, a começar por quem tem responsabilidades políticas ou sociais. Todos os democratas têm a obrigação de criticar o que acham que não está bem, mas sem nunca fazer comparações que não são verdadeiras, sem nunca usar a mentira ou manipulação como arma e, sobretudo, sem nunca criar condições para que se pense por um segundo sequer que poderíamos estar melhor há 51 anos.

Temos, hoje, passados 51 anos de Democracia, muitos problemas, problemas antigos que ainda não conseguimos resolver completamente e também problemas novos, porque, por muitos problemas que solucionemos, vai sempre haver mais para resolver.

O que não podemos nunca fazer é comparar a nossa situação atual com a que herdámos da ditadura que derrubámos no 25 de Abril. Queremos e podemos fazer mais, mas temos de ter sempre presente que demos saltos de gigante nos direitos e na qualidade de vida dos Portugueses, dizer o contrário é mentir.

Na saúde, temos hoje, todos sabemos, muitos problemas, mas são problemas que só existem porque a Democracia não desiste, nem pode desistir, de garantir cuidados de saúde a todos, independentemente do dinheiro que têm, e isto não acontecia há 51 anos, mesmo com problemas, a democracia portuguesa deu um salto de gigante em todos os indicadores de saúde.

Na educação, temos enormes desafios, mas isso é só porque hoje queremos garantir, cada vez mais, educação para todos, do pré-escolar ao ensino superior.

Há 51 anos tínhamos dos piores indicadores da Europa, só este século, com o investimento que a Democracia fez, é que conseguimos atingir os índices de qualificação da população que a maioria dos países Europeus, incluindo os países de leste, já tinham há 51 anos.

Continuamos a ter salários muito baixos, mas o nível de vida da maioria da população é hoje mais comparável com a do resto da Europa do que era há 51 anos e a pobreza diminuiu drasticamente. Pode dizer-se o mesmo em quase todas as áreas da nossa vida individual e coletiva: o nosso acesso a bens e serviços, públicos e privados, deu um salto e está hoje mais perto do resto da Europa mais desenvolvida do que estava há 51 anos.

Dizer isto não significa estar satisfeito, significa ter consciência do enorme esforço que foi necessário para chegar onde estamos, porque partimos de um ponto de profunda desvantagem e atraso.

Significa ter noção que só continuando o esforço que fizemos nestes 51 anos é que podemos avançar ainda mais, em vez de cair nas ilusões de quem tenta dizer que está tudo mal e quer fazer de conta que antes é que era bom, quando antes era quase tudo muito pior.

Por muito que haja por fazer, haverá sempre ainda mais por defender.

É normal que tenhamos cada vez mais exigência, mas ela não nos pode toldar a avaliação de tudo o que foi feito. Caso contrário, corremos o risco de as coisas só voltarem a estar aparentemente bem, se um dia nos voltarem a condenar à apatia e atrofio coletivos ou a proibir de dizer que estão mal.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e senhores Deputados, estimados convidados, caras e caros Albicastrenses,

É este espírito de seriedade, honestidade e responsabilidade que devemos convocar para o debate público e político. Também aqui, nas nossas discussões locais, devemos ter esta postura. É natural querermos, aqui também, mais e melhor; nós esforçamo-nos todos os dias para conseguir fazer mais e melhor do que fizemos antes.

É natural que também nos exijam isso, encaramo-lo com naturalidade, mas nunca se vai fazer mais nem melhor apagando o que já foi feito ou ignorando e adulterando o que está a ser feito.

Estamos abertos ao escrutínio e a que exijam mais de nós, mas não se pode ignorar o passado e o presente de desenvolvimento e melhoria da vida dos cidadãos que, tal como no país, fomos testemunhando e continuamos a testemunhar em Castelo Branco.

E há vários exemplos de ações bem recentes que contribuem para que seja imediato reconhecer esta evidência.

Já cumprimos os nossos compromissos de apoio às famílias com a devolução do IRS, que muitos estarão agora a receber, com a comparticipação das despesas com creches, com o apoio às refeições escolares e aos medicamentos.

Não se pode ignorar a aposta que fizemos na melhoria dos transportes públicos, em que estamos na linha da frente dos Municípios com a nossa dimensão, tal como estamos na linha da frente em matéria de gestão de água, saneamento e resíduos, com os investimentos que temos feito através dos Serviços Municipalizados.

Achamos natural que os Albicastrenses queiram uma economia mais dinâmica em Castelo Branco, mas temos de ter presente que nos últimos anos temos atraído investimentos importantes em diversos setores, quer de empresas que vêm instalar-se em Castelo Branco, como de empresas que reforçam a sua presença cá. A Schreiber, que investe 28 milhões de euros para duplicar a sua produção, APTIV com uma nova fábrica de cabos, a NOESIS, a EVOX e a TRH, entre muitas outras, que se instalaram em Castelo Branco com postos de trabalho altamente qualificados.

A TMRK, no setor da aeronáutica, que é o primeiro sinal de que o Cluster Aeronáutico é uma aposta vencedora.

Na área da saúde temos investidores que assumiram o compromisso de instalar na nossa cidade o Hospital Privado das Beiras.

Estes são só alguns dos exemplos de que a nossa economia está a desenvolver-se, a qualificar-se e a ganhar condições e escala para dar mais oportunidades de serviços, de emprego e de negócio aos Albicastrenses.

Nós percebemos que se ache que as coisas demoram demasiado tempo a acontecer, nós também gostávamos que fosse mais rápido, é preciso muito trabalho e muito esforço para cumprir todos os requisitos e ultrapassar todas as dificuldades.

O que é facto, e não se pode ignorar, é que todos os dias vemos em Castelo Branco as nossas ideias a tornar-se realidade.

Temos a construção do novo prédio de habitação a custos acessíveis a iniciar na Carapalha, temos a Escola de Chefs, que diziam que nunca ia acontecer, já em construção e a dar nova vida à Zona Histórica, temos em curso a requalificação da Igreja de Santa Maria do Castelo onde irá nascer o Centro de Interpretação Templário, Pedro Alvito, temos a obra das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar Receber e Cuidar já em desenvolvimento, mesmo aqui ao lado, na Avenida Nuno Álvares, temos o novo Centro de Saúde de Alcains em construção, tal como a Creche das Violetas, temos aqui em frente a requalificação do Largo da Devesa e do Centro de Cultura Contemporânea, que muitos criticam agora, mas que tenho a certeza de que gostarão do resultado final quando terminar de aqui a pouco tempo.

São apenas alguns dos muitos exemplos do que está já agora a ser feito na cidade e nas freguesias.

Mas há mais, há o que está a iniciar-se, porque o progresso de uma comunidade nunca está acabado e é preciso ter mais visão para o futuro. E nós temos essa visão de futuro e a ambição, que a confiança dos albicastrenses legitima, por isso não vamos parar de imaginar e de projetar o Castelo Branco do futuro.

É por isso que hoje já estamos a avançar com os concursos de ideias para as antigas piscinas e para o Parque Urbano da Quinta do Jardim/Vale da Europa, é por isso que já estamos a trabalhar para a construção do novo Centro de Dinamização Empresarial, Cultural e Desportiva de Castelo Branco, é por isso que em breve haverá mais desenvolvimentos em relação a projetos estruturantes para o futuro da cidade.

É por isso que dentro de dias levaremos a deliberação do executivo a proposta de adjudicação do complexo funerário de Castelo Branco.

E não vale a pena dizer que isto são só anúncios, porque todos os projetos que referi também eram, para a oposição, há pouco tempo, só anúncios.

Hoje já estão no terreno, a mostrar que, connosco, os anúncios de hoje são a realidade de amanhã.

Estamos abertos à crítica, às exigências, às ideias diferentes, mas, como vos disse, só se pode fazer melhor, e é o que queremos, se tivermos consciência da realidade do que foi feito e do que está a ser feito.

Senhoras e senhores Deputados, caras e caros Albicastrenses,

Costuma dizer-se, e é verdade, que a democracia é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros.

Isto acontece porque em Democracia há sempre críticas, há sempre falhas, há sempre exigências e há sempre descontentamento.

E isto não é necessariamente mau, porque só não há críticas, nem exigências, nem descontentamento quando são proibidos ou mascarados. Mas, nesse caso, as falhas são, na realidade, sempre muito piores.

Não podemos deixar nunca que as críticas legítimas, as exigências ainda não satisfeitas e as falhas que sempre ocorrem ofusquem a realidade do muito que a Democracia e a Liberdade nos permitiram no passado, permitem ainda hoje e vão continuar a permitir no futuro alcançar.

É esse o caminho que queremos continuar a trilhar, porque a Democracia é o único caminho que nos garante o futuro e o progresso. Continuaremos, pois, a trabalhar para que daqui a 51 anos continue a não existir um único albicastrense que possa pensar que estaria melhor há 102 anos.

Viva o 25 de Abril, viva a Liberdade, viva a Democracia.

Viva Castelo Branco,

Viva Castelo Branco,

Viva Castelo Branco.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 11 horas 20 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1º. Secretário,
